



Editorial

A Revista Direito & Justiça está sendo lançada no momento em que as diversas avaliações dos Cursos de Direito e de seus egressos provocam, e até aumentam, preocupações com a realidade do Ensino Jurídico no Brasil. Ao mesmo tempo, temas sobre direitos humanos fundamentais, acesso à justiça e papel institucional do judiciário ganham destaque no cenário nacional.

Para Aristóteles a justiça é uma virtude por excelência, que se efetiva no respeito às leis da sociedade e nas relações entre as pessoas e é unificadora da existência individual e política. Platão já colocara a justiça além da obediência às leis do Estado.

Aristóteles acentuou o caráter prático da justiça. É com Jaeger, na Paidéia, que destacamos que a justiça é mais do que não transgredir qualquer norma legal “A justiça tem de ser inerente à alma, uma espécie de saúde espiritual do homem, cuja essência não se pode pôr em dúvida, pois de outro modo seria apenas o reflexo das variáveis influências exteriores do poder e dos partidos, como o é a lei escrita do Estado” (p. 711).

Temas, como pluralismo jurídico da sociedade contemporânea, funções do Estado e sua atividade jurisdicional, ampliação do espaço de relações sociojurídicas para o mundo, desafiam novos estudos.

Admitindo as dificuldades existentes e a necessidade de buscar propostas de ensino jurídico que respeitem os princípios básicos de justiça social, de liberdade, de formação para a cidadania e de democratização, os estudos que aqui constam são endereçados ao enfrentamento de alguns dos problemas existentes.

Uma proposta pedagógica inovadora, que atenda as reavaliações urgentes, inclui: estabelecer o perfil do egresso do Curso de Direito; propiciar formação continuada dos docentes; buscar qualidade nos projetos de trabalhos de conclusão; desenvolver a pesquisa, tanto através do incremento da iniciação científica, como de grupos com participação de docentes e alunos; relacionar teoria e prática; aumentar o emprego de recursos tecnológicos; integrar graduação e pós-graduação; adotar princípios de interdisciplinaridade com uma visão transdisciplinar; incluir vivências éticas e solidárias e ...

Ao publicar textos de destacados docentes da Faculdade de Direito da PUCRS, além do propósito de valorizar seus esforços e contribuições, é com a ciência do Direito e seu ensino a principal preocupação. Há diversidade temática comprovando que o Direito é multidisciplinar e complexo e a socialização do saber é fator de aprimoramento pessoal e institucional.

Há necessidade da reforma de pensamento, defendida por Edgar Morin, e um imperativo é congregar, reunir. Entretanto, uma revista é mais do que uma reunião de artigos, é uma manifestação de propostas de aperfeiçoamento. Sempre reconhecendo que a atualidade é um resultado provisório, que precisa ser pensada de modo crítico e questionador, exige-se dos que nela podem agir que incluam novos conhecimentos e contínuas descobertas, mas nestas buscas haja a permanência de ideais de perfectibilidade.

DÉLCIA ENRICONE
Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais.
Doutora em Educação.